

*Os olhos e os ouvidos
da repressão na
Universidade de
Brasília*

Geralda Dias Aparecida (Doutora em História
- Professora do Departamento de História da UnB)

Entre os fundos documentais custodiados pelo Centro de Documentação da UnB/CEDOC encontra-se o material produzido pela Assessoria de Assuntos Especiais/AAE¹ durante os anos 60 até o início da década de 80. Neste artigo faremos uma descrição geral de seu conteúdo acentuando a importância desses documentos para a história da UnB.

Nosso objetivo não é quantificar a documentação, o que demandaria outro tipo de investigação, mas dar um testemunho como pesquisadora nesse acervo antes mesmo de ele ser recolhido e organizado pelo CEDOC. Nosso acesso aos documentos foi facilitado quando trabalhamos na elaboração dos processos de anistia e reintegração dos professores desligados da Universidade de Brasília durante o regime militar.

O primeiro contato com a documentação

Em 1986, o então Reitor da UnB, Cristovam Buarque, deu cumprimento a um de seus compromissos como candidato à reitoria

¹ Neste artigo adotamos a denominação AAE, acompanhando o Ato oficial de sua criação na UnB. Na documentação encontramos, também, as siglas AESI ou ASI de Assessoria Especial de Segurança e Informações.

Artigos

prático dessa medida é muito difícil de medir, dependia das direções universitárias, mas o ato em si indicava uma atrofia dessas atividades.

Na mesma direção de controle político-ideológico foi o Aviso Ministerial n.º 596, de 2 de junho de 1972, com circulação reservada, do Ministro Jarbas Passarinho, que procurava regulamentar a escolha de paraninfos, homenageados e patronos dos formandos, já que o governo considerava essa escolha um possível instrumento de contestação ao regime⁵. O Aviso justificava que a escolha dessas pessoas dava ensejo à provocações ideológicas, em alguns casos com eleição de figuras de guerrilheiros estrangeiros ou intelectuais engajados na guerra revolucionária mundial e até mesmo homossexuais. Afirmava o documento que a conjuntura brasileira era caracterizada por um regime neocapitalista que não legitimava a existência de partidos comunistas e, por essa razão, seria inaceitável a festa, principalmente em escolas oficiais, em homenagem aos inimigos declarados do regime. Consultava os reitores se por meio dos Colegiados de professores seria possível baixar Instruções regulando a escolha dessas personalidades, restringindo o colégio dos elegíveis aos professores da própria universidade e, por exceção, autoridades do Executivo, quando relacionadas com a educação.

Outra preocupação era o trote, uma prática já consagrada no meio estudantil na recepção dos calouros. Em 1972, a DSI recomendava a AAE motivar a reitoria e o corpo docente no sentido de bloquear as possibilidades de “infiltração de elementos esquerdistas na realização do trote” e orientar o corpo discente, por meio dos DAs, para conduzir a energia dos universitários para a realização de brincadeiras e confraternização, doação de sangue e outros eventos⁶.

⁵ Aviso Circular/Reservado n.º 596 de 2 de junho de 1972. Pasta 07, Of. Recebidos, 1972 a 1975

⁶ Encaminhamento 2010/CI/DSI/MEC/72 de 13 de junho. Pasta 07 Of. Recebidos, 1972 a 1975

Artigos

sabiam da atuação do SNI nessas instituições, mas a grande maioria desconhecia a forma de sua organização e atuação. Ao depararmos com essa documentação, além da carga emocional, pela nossa ligação com a UnB e pela importância histórica dos documentos, passamos a lutar pela sua preservação e pela organização institucional do acervo documental da Universidade. Hoje, a UnB conta com o CEDOC que paulatinamente torna-se um dos órgãos reconhecidos dentro da Universidade.

Nos últimos cinco anos este Centro implantou uma estrutura descentralizada de arquivo, respeitando as peculiaridades da produção documental universitária atendendo, portanto, a sua estrutura acadêmica e administrativa e está recolhendo a documentação histórica ou de terceira idade, incluindo aí a documentação da AAE.

Características da documentação

A produção documental do SNI obedecia a padrões rígidos e burocráticos, mas atingia seus fins ideológicos. O sistema de informação foi melhor organizado na UnB a partir de 1967, antes mesmo de sua institucionalização, em 1971. Acreditamos que o mesmo processo ocorreu em todas as universidades. O acervo contém documentos de anos anteriores, mas, nesse caso, a informação é menos sistemática. Até 1967, a correspondência da DSI era enviada ao Reitor que a respondia normalmente como as demais correspondências recebidas pela Universidade. Com a promulgação da legislação sobre Segurança Nacional e outras disposições legais² a Agência do MEC passou a exercer maior controle e exigir das Assessorias setoriais uma maior eficiência na coleta de informações.

² Lei de Segurança Nacional n.º 5250, de 9 de fevereiro de 1967, logo depois o Dec. 60.417/67, publicado no DOU de 17 de março do mesmo ano que tratava da salvaguarda de Assuntos Sigilosos.

Artigos

A maior quantidade de documentos foi produzida em 1968, no período entre 1971 e 1974 e depois entre 1976 e 1978. O primeiro e último período coincidem com as grandes crises estudantis na UnB e o segundo com o maior controle sobre a atividade política no país. Os documentos revelam o grau de intervenção que o SNI desejava exercer nos rumos político-ideológicos da Universidade e como o governo tentava legislar para coibir a organização política no interior dessas Instituições.

A documentação principal trata-se da correspondência entre a DSI e a AAE, organizada anualmente, e em alguns casos pastas que tratam de assuntos específicos, principalmente das crises estudantis. São poucos os processos completos sobre outros problemas. Entre eles, podemos citar as sindicâncias que envolviam estudantes ou algumas unidades acadêmicas, como a questão do Centro Integrado de Ensino Médio/CIEM - um similar dos Colégios de Aplicação de outras universidades - a crise da Faculdade de Comunicação, entre 1967 e 1968, e um número muito reduzido de processos individuais de professores.

De uma maneira geral, as informações eram geradas na DSI do MEC solicitando ou fornecendo dados sobre atuação de lideranças estudantis, atividades políticas na UnB, eventos acadêmicos, em geral confundidos com iniciativas de grupos de esquerda e propaganda política no campus. O volume de informações sobre os professores e os funcionários é bem menor e tinham como objetivo controlar ideologicamente a contratação de professores e principalmente a saída para capacitação no Exterior. Havia, como em outros órgãos públicos, a obrigatoriedade de comunicar às autoridades do SNI sobre os pedidos de saída para estudos fora do País. No caso dos pedidos oriundos das Universidades a DSI devia ser ouvida antes do despacho do Ministro para solicitar autorização do Presidente da República.

Artigos

(Inf. 065/73)

CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

PEDIDO DE BUSCA Nº **3431** ARSI/DF/GO/73/DSI/MEC
(7 AGO 1973)

ASSUNTO: INFILTRAÇÃO MARXISTA NO ENSINO SUPERIOR
3.3.4.2.3.

ORIGEM:
AVALIAÇÃO:
DIFUSÃO ANTERIOR:
DIFUSÃO ATUAL: Ao Magnífico Reitor da UnB
REFERÊNCIA: Doc. Inf. nº 018/73 CISA/ESQ RCD
À DSI/MEC

ANEXOS:

Parte superior do formulário de pedido de busca/Infiltração marxista no ensino superior
Fundo AAE. Acervo CEDOC/UnB
Data: agosto/1973

A vigilância sobre a universidade aumentou ainda mais depois do Ato Institucional n.º 5, de dezembro de 1968 e do Decreto 477, promulgado em fevereiro de 1969, que disciplinava a atividade política nos centros educacionais. Passou a ser gerado um grande volume de informações sobre atividades de pessoas e eventos considerados perigosos para uma possível subversão da ordem política. Um exemplo foi o alerta da DSI, em outubro de 1971, de que havia uma retomada de posição dos professores esquerdistas no ensino superior e recomendava que fosse feita uma consulta antecipada aos órgãos de segurança, para contratação de novos servidores. A UnB respondeu que a partir daquele momento as medidas seriam mais rigorosas³.

³ Inf. 779/SI/01/DSI/MEC/71 de 19 de outubro e Inf. 029/71/ApAE/UnB. Pasta INFÃO e OF. Confidenciais Recebidos, 1971 e Of. Expedidos, 1971.

Artigos

A censura procurava atingir os convênios entre as universidades nacionais e as instituições do Exterior, ou a participação de professores e estudantes em eventos fora do País. A recomendação contra convênios ou assinaturas de revistas da União Soviética ou cursos em países como o Chile, antes de 1973, era explícita. Tudo deveria ser comunicado à DSI. Por meio de um Ofício Circular de 24 de maio⁴ de 1973, esta Divisão informava ao reitor que, por ordem do Ministro da Educação, deveriam ser adotadas medidas para evitar estreitamento de relações culturais com países de governos comunistas já que eles poderiam utilizar-se dos acordos “como instrumentos de exportação e penetração ideológicas”. Comunicava, também, que estavam proibidos Acordos entre universidades com similares no Exterior “sem prévia autorização do Ministério das Relações Exteriores”. A documentação demonstra, por exemplo, a censura sobre a Anistia Internacional mediante uma instrução para a não divulgação de sua correspondência por se tratar de uma instituição que “denegria” a imagem do País.

As medidas de controle sobre os professores e, em menor escala, sobre os funcionários, cresciam à medida que o movimento estudantil se reorganizava. Na realidade, esse segmento constituía a maior preocupação dos órgãos de informação. Desde 1966, as direções das universidades vinham sendo alertadas pelos órgãos de segurança sobre a rearticulação do Movimento Estudantil. A documentação reflete o aumento da tensão nas universidades nesse momento e o mesmo ocorrerá dez anos depois na UnB, quando surgem novos enfrentamentos. Por outro lado, o acervo permite, também, observar que os órgãos de informação procuravam acompanhar os rumos da própria administração das universidades.

⁴ Of. Circ.1916/AECI/DSI/MEC/73. Pasta 07, Of. Recebidos, 1972 a 1975.

Artigos

O controle ideológico

Os militares ao assumirem o poder em 1964 tiveram uma preocupação especial com as universidades. A força política do movimento estudantil no período imediatamente anterior ao golpe de Estado fazia dessas instituições, aos olhos dos novos governantes, locais de possível contestação ao regime que se iniciava. A ação repressiva foi imediata sobre a organização dos estudantes com o fechamento da União Nacional dos Estudantes/UNE. Logo em seguida procuraram reformular toda a legislação sobre a forma organizacional que seria permitida aos estudantes no interior das universidades promulgando, em 1965, a chamada Lei Suplicy, regulamentando a matéria.

Essa preocupação inicial não se perdeu durante todo o regime militar. Além da legislação geral que procurava controlar a ação política no País, tem-se vários documentos legais específicos para o controle ideológico nas universidades. O Decreto 477, de fevereiro de 1969, foi o coroamento de Portarias, Avisos Ministeriais e outras providências que vinham sendo tomadas anteriormente, em geral documentos reservados ou secretos que, sob a proteção da Lei de Segurança Nacional e Decretos específicos sobre sigilo da informação, não chegavam ao conhecimento da opinião pública.

Um desses documentos foi a Portaria n.º 25, do MEC, de janeiro de 1968, que determinava: a realização de qualquer evento acadêmico nas universidades deveria ser precedida de programação aprovada pelo Ministro de Estado. Portanto, qualquer seminário, congresso, conferência, curso de extensão e outros, deveriam ser aprovados pelo Ministro antes de sua realização. E mais: após a realização desses eventos suas conclusões ou o conteúdo da matéria tratada deveriam ser comunicados ao ministério, por meio de relatórios. O resultado

Artigos

de reintegrar à Universidade de Brasília professores e técnicos-administrativos excluídos de seus quadros por motivação política. Alguns nomes eram conhecidos e a idéia naquele momento era atingir um pequeno grupo de professores, alguns deles já com pedidos de reintegração depois da Lei de Anistia de 1979.

Ao iniciar a pesquisa com o objetivo de informar os processos, deparamos com o primeiro problema: a UnB, uma instituição à época com quase vinte e cinco anos de funcionamento, não contava com um arquivo central ou arquivos setoriais organizados que tivessem informações disponíveis para esse ou outros fins. De posse de uma informação do Assessor Jurídico da Universidade, o professor José Geraldo Júnior, e com autorização oficial do Reitor, tivemos acesso aos documentos da AAE. Assim, encontramos um acervo importante para a história da UnB que possibilitou situar melhor as crises ocorridas na Universidade e identificar um maior número de pessoas que posteriormente foram beneficiadas com a reintegração.

A Assessoria para Assuntos Especiais da UnB correspondia às Assessorias Especiais de Segurança e Informações/AESIs, estruturadas nos órgãos públicos durante o regime militar. Em cada universidade esse órgão estava organizado na administração central e no caso da UnB funcionava na Assessoria Jurídica. Sua estrutura, entretanto, era diretamente dependente da Divisão de Segurança e Informações/DSI do Ministério da Educação, parte orgânica do Serviço Nacional de Informações/SNI. Na Universidade de Brasília essa agência recebeu o nome de Assessoria para Assuntos Especiais, criada formalmente pelo Ato da Reitoria n.º 102, de 19 de fevereiro de 1971, para exercer as funções da AESI contando com um chefe, um secretário, um escrivão e um auxiliar de serviço.

Todos os estudantes, professores e funcionários das universidades na período militar, com alguma informação política,

Artigos

A justificativa era que “as atividades de cunho político-ideológico antidemocrático [continuavam] sendo registradas no campo universitário. A evidência dos esforços para reorganização de uma entidade de cúpula, representativa da classe estudantil [era] verificada nas constantes práticas de subversão que [visavam] ‘a priori’ conduzir os estudantes a reações negativas do Governo, particularmente na área de educação”.

Na mesma época solicitava o envio mensal de matérias de jornais de maior circulação na área de atuação da Assessoria que tratassem de assuntos sobre Educação, Universidade, subversão, corrupção e outros. Esta providência visava a acompanhar nacionalmente o “pensamento das massas no que se refere aos vários aspectos da Educação, a fim de que possa realizar um trabalho de Contra-Informação mais profícuo e eficiente”.

Estes são alguns exemplos da orientação que passavam os órgãos de segurança e informações. Procuravam centralizar o maior número possível de dados sobre eventos, pessoas e funcionamento das Universidades. A consolidação da estrutura desses órgãos era acompanhada por normas específicas, muitas delas muito burocráticas, às vezes difíceis de serem cumpridas, principalmente pelo nível de detalhes solicitados.

A UnB: uma vigilância constante

A documentação demonstra que na opinião das autoridades governamentais a UnB deveria ser vigiada com maior cuidado. Essa postura apresenta-se não só nos vários pedidos de informações sobre seu cotidiano, como em alguns estudos elaborados pelos órgãos de segurança. O fato de ser uma Universidade nova, com um projeto renovador e situada na capital da República, ela constituía uma ameaça

Artigos

como centro de possível agitação política. Inaugurada dois anos antes do golpe de 1964, a UnB foi desde a primeira hora considerada um dos focos da subversão nacional. Sua existência quase foi comprometida entre 1964 e 1965. Neste último, a crise desembocou no pedido de demissão em massa dos professores, criando um ambiente explosivo por parte dos alunos que defendiam a reintegração desses docentes. A UnB estava no início de sua organização acadêmica e administrativa e muitos documentos da época se perderam. Mas na documentação da AAE encontram-se quatro pastas que, pelas suas características, foram transferidas da Unidade que se encarregou do processo de demissão. Os documentos foram reunidos quando a DSI solicitou, em 1968, a relação de todos os professores demitidos no período anterior.

A partir de 1966, a DSI começou a alertar as universidades sobre a reorganização do movimento estudantil no País. Foi crescendo a partir daí o volume de informações tanto expedidas como solicitadas às agência setoriais. Como exemplo, a DSI solicita, em agosto de 1967, uma relação de todos os professores, especificando: “classe, especialidade, estabelecimento pelo qual foi diplomado e data, cursos de pós-graduação e conceito quanto a idéias, caráter e capacidade profissional”. Solicitava, ainda, um organograma da Universidade e relação de funcionários⁷.

Mas foi em 1968 que a tensão nas universidades aumentou. O acompanhamento do movimento na UnB tornou-se objeto não só da DSI, mas também de outros órgãos como aqueles do Exército, encarregados de Inquéritos Policiais Militares/IPMs que atingiam alunos dessa Universidade. Algumas consultas chegavam a ser mesmo constrangedoras para o próprio Reitor, submetido a preenchimento de questionários com conteúdo essencialmente ideológico e com detalhes que incluía até a locomoção dos estudantes no campus.

⁷ CIR/DSI/MEC/2/67 de 22 de agosto. Pasta SNI 67/68

Artigos

Logo depois de ser publicado o Decreto 477, o Comandante da 11ª. Região Militar, mediante o Of. 20/69-SPC, dirigiu-se ao Reitor da UnB Caio Benjamin Dias, dando conhecimento das Diretrizes do Ministro do Exército para aplicação do AI-5, consubstanciadas em medidas preventivas para a manutenção da ordem em Brasília. Estavam proibidas as passeatas e manifestações coletivas e indicava que a atuação militar na Universidade deveria ser feita em coordenação com as autoridades do MEC.

A atividade estudantil ao sofrer o golpe do 477 refluí, mas as atividades dos órgãos de segurança trabalham no sentido de prevenir qualquer tipo de ato que pudesse desestabilizar o regime político e procuravam ampliar o universo dos assuntos de interesse desses órgãos. No período de 1972 a 1974 foram distribuídos estudos sobre a Segurança Nacional, sobre a guerra revolucionária e normas para melhorar o sistema de informações.

Em relação à UnB, a DSI informava ou pedia informações sobre questões ligadas ao seu funcionamento e outras. No acervo da AAE encontram-se documentos pedindo informes sobre demissão de professores, devido aos baixos salários; mudanças de créditos de determinados cursos, disciplinas sem professores, horários de cursos que prejudicavam os alunos, conteúdo de determinados programas; bibliografia de cursos, principalmente na área de ciências sociais; pesquisas desenvolvidas no campo em áreas da Amazônia e do Centro-Oeste. Também as drogas passaram a ser objeto de investigação, inclusive encaminhando estudos sobre o poder dos diferentes tipos mais consumidos e como identificar um possível usuário.

A partir de 1976 o movimento estudantil voltou a ser o assunto principal. Em documento de maio desse ano a DSI informa sobre a articulação do movimento desde 1972 e o seu crescimento alarmante entre 1975 e 1976. Destaca a ousadia e agressividade da atuação dos

Artigos

Info ASI/UnB
nº 079/76

CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

PEDIDO DE BUSCA Nº 204/14602/76/SICI/1/DSI/MEC
29/10/76

232

ASSUNTO: ATOS TERRORISTAS NA JURISDIÇÃO DA DSI/MEC

ORIGEM:

AValiação:

DIFUSÃO ANTERIOR:

DIFUSÃO ATUAL: ASI/UnB

REFERÊNCIA:

ANEXOS:

Parte superior do formulário de pedido de busca/Atos terroristas na jurisdição da DSI
Fundo AAE. Acervo CEDOC/UnB
Data: 29/10/1976

estudantes nesse período, o que não se via desde antes de 1969; lembrava sua ligação com o movimento estudantil comunista internacional e alertava que o fenômeno subversivo de 1968 poderia repetir-se⁸.

As previsões sobre o fortalecimento do movimento cumpriram-se durante 1976, atingindo o auge no ano seguinte, quando a crise na UnB passou a ser um problema não só interno mas uma questão política do governo. É bastante completa a documentação sobre essa crise, com documentos que demonstram o acompanhamento de todas as ações dos estudantes: informes sobre os discursos nas assembleias, cartazes, propaganda geral veiculada no campus, informação sobre os grupos organizados, eleições nos órgãos estudantis e material fotográfico de estudantes e manifestações. Encontram-se, também,

⁸ Inf. 040/SICI/DSI/MEC/76, de 10 de maio. Pasta 03 Inf. Recebida, 1974 a 1976.

Artigos

documentos de análise do movimento feita pelo Ministro da Educação, em 1977, com diretrizes para os reitores e proposta para enfrentar a atuação dos estudantes na UnB.

Depois dessa crise a quantidade de informações é menor, mas mostra a mesma necessidade de controle ideológico e de vigilância sobre a atuação política da comunidade universitária. Até o início dos anos 80 há uma correspondência regular que, entretanto, perdeu parte das características do direcionamento de guerra psicológica imprimida no final da década de 60 e início da seguinte.

Conclusão

A documentação produzida pela AAE é de extrema importância para a história do controle político e ideológico exercido sobre as universidades de um modo geral nos anos da repressão, durante mais de duas décadas. Por meio dela podem ser reconstituídos os mecanismos e a organização do Serviço Nacional de Informações no interior dessas instituições e a abrangência do mesmo.

Para a UnB, os documentos revelam uma outra face de sua história, escrita por atores desconhecidos naquele momento, tratando de dar novo rumo à existência de uma comunidade que no dia-a-dia procurava construir um tipo de projeto que não era o desejado pelo grupo que exercia o poder no País.

Trata-se de um acervo com organicidade, embora não tenhamos a dimensão do que possa ter sido expurgado antes de ser desativada a correspondência com a DSI. Encontramos, por exemplo, uns poucos relatórios sobre pessoas que participaram de assembléias, o conteúdo dos discursos dos líderes, a hora em que foram afixados cartazes nos prédios da Universidade e outras informações que demonstram a existência de uma rede de informantes. Essa prática é visível

Artigos

principalmente na crise de 1977. Há informações de que esses informantes pertenciam ao Serviço de Vigilância da própria Universidade, mas os arquivos desse Serviço não foram encontrados.

O acesso à documentação estará totalmente disponível dentro de poucos meses. Atualmente o Fundo AAE já foi identificado e organizado, mas ainda apresenta dificuldades para a consulta devido às características originais da documentação, que foram mantidas, encontrando-se em uma mesma pasta informações individuais, documentos que foram tratados como confidenciais, sigilosos e reservados e, por isso, devem atender a algumas disposições legais. No momento, está sendo elaborado um índice onomástico que será informatizado e possibilitará a consulta com maior rapidez. Sem esse instrumento é quase impossível encontrar algum tipo de informação individual.

Centro de Documentação - CEDOC/UnB

José Carlos Andreoli - Diretor
Multiuso 1 - Bloco B - 1º andar - Caixa postal 04434
70.910-900 - Brasília - DF
Tel.: (061) 348-2577
Fax: (061) 340-3385
E-mail: cedoc@guarany.unb.br